



Arquivo Nacional da Guiné-Bissau: ações e estratégias de cooperação internacional para a sua criação

Armando Malheiro da Silva

Doutor em História pela Universidade do Minho, Portugal. Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20).

Cynthia Roncaglio

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa FHETA, vinculado ao CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/7471330631188406>

Iaguba Djalo

Mestre em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares pela Universidade Aberta de Lisboa, Portugal. Pesquisador e Coordenador da Biblioteca Pública Nacional e Arquivo Histórico no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau.

Maria Beatriz Marques

Doutora em Letras pela Universidade de Coimbra, Portugal, na área de Ciências Documentais, especialidade de Gestão da Informação e de Serviços de Informação. Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM).

Marcelo Nogueira de Siqueira

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Arquivista do Arquivo Nacional do Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9437997077762067>

Shirley Carvalhêdo Franco

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9454967327240642>

Submetido em: 19/06/2023. **Aprovado em:** 23/01/2024. **Publicado em:** 29/07/2024.

RESUMO:

Este artigo aborda os esforços envidados pela administração pública da Guiné-Bissau, em parceria com órgãos públicos e universidades de Portugal e do Brasil, para criar legal e legitimamente o arquivo nacional do país. O objetivo é apresentar um resultado parcial do Projeto de Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico Documental da Guiné-Bissau, com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Fundo de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. Trata-se da promoção de um curso de formação e capacitação de técnicos e agentes que atuam na gestão de arquivos e documentos da administração pública na Guiné-Bissau, desenvolvido por professores do Brasil e de Portugal. A metodologia utilizada consistiu em um relato de experiência, descrevendo e explicando o contexto histórico, geográfico e institucional dos arquivos públicos da Guiné-Bissau, os objetivos propostos pela experiência, seguido de uma análise crítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, e na observação e atuação *in loco*. Os resultados

apresentados inferem que há uma extensa agenda de trabalho a ser implementada para que sejam superados os obstáculos para a implementação do arquivo nacional da Guiné-Bissau e das políticas arquivísticas condizentes para a adequada elaboração e aplicação de um programa de gestão de documentos de arquivo no país.

Palavras-chave: arquivos; gestão de documentos; Guiné-Bissau; formação profissional; cooperação internacional.

INTRODUÇÃO

Em qualquer região do planeta, a institucionalização de um arquivo público, em âmbito nacional, regional ou local, demanda esforços combinados de natureza econômica, política, tecnológica e social para a sua efetivação. São necessários investimentos em infraestrutura física, técnica e tecnológica para acondicionar os acervos, viabilizar programas de gestão de documentos e serviços arquivísticos; capacitação e treinamento de pessoal qualificado; e, sobretudo, vontade política para implementar legislação e políticas arquivísticas que garantam o compromisso com a salvaguarda dos arquivos a longo prazo.

Tais esforços tornam-se ainda maiores, e mais desafiadores, em regiões do mundo como a África, que, no contexto do capitalismo informacional ou no surgimento do informacionalismo¹, como o denomina Castells (2002), ficou à margem da revolução tecnológica e da sociedade em rede que vêm se expandindo nos últimos quarenta anos. Ou, nas palavras do autor, sob o impacto das transformações no fim dos anos 1990, que ainda hoje reverberam:

O surgimento do capitalismo informacional/global no último quarto do século XX coincidiu com o colapso das economias africanas, a desintegração de muitos dos seus Estados e a dissolução da maioria de suas sociedades. Como consequência, fome, epidemias, violência, guerras civis, massacres, êxodos em massa e caos social e político constituem, neste final de milênio, traços característicos da terra que assistiu ao nascimento do fóssil Lucy, talvez o ancestral comum da humanidade. [A combinação dos aspectos estruturais e das circunstâncias sociais promovem uma] complexa interação entre economia, tecnologia, sociedade e política no desenvolvimento de um processo que nega a condição de humanidade ao povo africano, bem como a todos nós, em nosso ser mais profundo. (Castells, 2002, p. 107).

Em termos de desenvolvimento das telecomunicações, por exemplo, do qual depende a formação de redes, a economia e os serviços públicos na propalada sociedade da informação, a Guiné-Bissau está bem atrás da média mundial. O acesso à internet praticamente se deu somente a partir dos anos 2000, com maior crescimento a partir de 2016. Mesmo assim, segundo dados de 2021, somente 35% de todos os habitantes têm acesso à Internet. A expansão das conexões com internet de banda larga também anda a passos lentos. Cerca de 0% têm sua própria conexão rápida à internet, que é, pelo menos, mais rápida que a antiga Rede Digital de Serviços Integrados (mais de 256 kBit/s)².

Tendo em vista ser uma tendência irreversível nas ciências sociais aplicadas, é imperativo repensar o acesso à informação como peça fundamental na máquina de engrenagem das relações de poder. Em sua obra *Programme de désordre absolu: décoloniser le musée*, Françoise Vergès argumenta que, embora sua tese defenda a impossibilidade de

1 Castells entende por informacionalismo “[...] um mecanismo de desenvolvimento em que a principal fonte de produtividade é entendida como a capacidade qualitativa de otimizar a combinação e o emprego de fatores de produção com base na informação e no conhecimento” (Castells, 2002, p. 27).

2 Ver detalhes em: <https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/telecomunicacoes.php>.

decolonização dos museus e das instituições culturais, esses espaços devem ser passíveis de mudança e transformação para atender as exigências de reparação, restituição e justiça social histórica.

No contexto da cooperação entre Brasil, Portugal e Guiné-Bissau para a construção de um arquivo nacional, é fundamental incorporar a perspectiva decolonial, que se aperceba da apropriação de narrativas históricas, como também do uso de teorias e práticas arquivísticas pré-estabelecidas para essa realidade específica. Isso implica promover o protagonismo bissau-guineense na definição das políticas arquivísticas, valorizar as vozes e perspectivas locais, e evitar reproduzir estruturas de poder assimétricas que possam comprometer a autenticidade e a preservação da memória do país africano. A construção do arquivo nacional deve ser um processo colaborativo e inclusivo, que reconheça e respeite a história e a cultura da Guiné-Bissau, evitando a imposição de modelos estrangeiros e contribuindo para a emancipação e a valorização do patrimônio arquivístico guineense.

Assim, o artigo ora apresentado tem como foco a experiência desse país da África subsaariana, Guiné-Bissau, um dentre os quarenta e oito países localizados ao sul do deserto do Saara, cujas fronteiras resultaram da partilha da África pelas potências coloniais europeias, baseadas em critérios mais políticos e econômicos do que em critérios geográficos e étnicos. São abordados brevemente o contexto histórico-geográfico do país, a situação política atual, e a sua influência sobre a criação e a manutenção dos arquivos na Guiné-Bissau.

São também indicadas algumas iniciativas, desde a independência do país, desenvolvidas no âmbito dos órgãos públicos da administração central e das universidades, nacionais e internacionais, a fim de promover a formação de pessoal e, em especial, uma análise sucinta das atividades realizadas no final de 2022, por um grupo de professores universitários e pesquisadores luso-brasileiros, visando a fomentar ações e ampliar estratégias para a criação do arquivo nacional. As respostas aos grandes desafios que enfrenta a Guiné-Bissau no âmbito da salvaguarda do seu patrimônio arquivístico estão postas; no entanto, é preciso agir celeremente.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e explicativa, no qual serão descritos e explicados os contextos histórico, geográfico e institucional da experiência, os objetivos propostos, seguido de uma análise crítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, e na observação e atuação *in loco*, destacando os principais aspectos da experiência e os resultados alcançados.

Breve contexto histórico-geográfico da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na costa oeste da África, que faz fronteira com o Senegal ao norte, com a Guiné Conacri ao sul e ao leste, e com o Oceano

Atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 quilômetros quadrados de área, com uma população estimada de 2 milhões de pessoas. A história de Guiné-Bissau é rica e complexa, marcada por séculos de comércio de pessoas escravizadas, colonização portuguesa e uma luta prolongada pela independência. A língua oficial é o português de Portugal (8,1%), e, dentre as línguas maternas, as mais faladas são o crioulo (34%), seguida por fula (16,6%) e balanta (14,6%)³.

A população de Guiné-Bissau é diversa, composta por várias etnias diferentes, incluindo fulas, mandingas, balantas e manjacos. A maioria da população é muçulmana, mas há uma minoria cristã significativa. A economia baseia-se principalmente na agricultura, sendo a produção de arroz, castanha de caju e óleo de palma as principais atividades econômicas. A pesca também é importante para a economia do país.

Os primeiros habitantes da região provavelmente foram os povos bantus, que foram gradualmente deslocados por migrações de outros grupos étnicos, incluindo os fulas e mandingas. A região costeira da Guiné-Bissau foi visitada por exploradores portugueses no século XV, e, em 1446, os portugueses estabeleceram uma colônia em Cacheu, antiga capital. Durante os séculos XVI e XVII, a região tornou-se um importante centro do comércio de escravos transatlântico, com os portugueses estabelecendo várias fortalezas ao longo da costa.

A Guiné-Bissau tornou-se uma colônia portuguesa em 1879. Nas décadas seguintes, os focos de resistência se tornaram a gênese dos movimentos de independência, que passaram a ser, a partir de 1965, coordenados por Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), de orientação marxista e viés revolucionário.

A Guerra Colonial, iniciada em 1961, a partir da luta armada empreendida pelo PAIGC, foi violenta e devastadora para o país, sendo as regiões sul e norte as zonas de maior enfrentamento militar. Em 1973, quando a guerra já estava se encaminhando para o fim, Amílcar Cabral foi morto em um atentado. Aristides Maria Pereira assumiu o comando do PAIGC, como Secretário-Geral, declarando, unilateralmente, no mesmo ano, a independência do país. Portugal, mesmo não reconhecendo a independência, apresentou claros sinais de que não aguentaria prosseguir com a guerra por mais tempo e muitos colonos portugueses começaram a deixar o país.

A Guiné-Bissau tornou-se independente em 24 de setembro de 1973, com Luís Cabral tornando-se o primeiro presidente. Após o golpe militar de 25 de abril de 1974, que pôs fim ao Estado fascista em Portugal, a guerra terminou e o novo governo português iniciou as negociações com o PAIGC, para a sua saída definitiva da Guiné-Bissau e o reconhecimento da independência perpetrada em 10 de setembro de 1974. A capital Bissau já emprestava seu nome ao do próprio país, para diferenciá-la das outras duas Guinés, as que foram colonizadas pela França (Guiné Conacri) e pela Espanha (Guiné Equatorial).

O PAIGC passou a controlar tanto Guiné-Bissau quanto Cabo Verde, em um projeto de integração desses dois países, que dependia da ajuda externa para se consolidar. Contudo,

3 Ver mais informações em: <https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/index.php>.

tal ajuda foi mal aplicada, levando a “gritantes aberrações econômicas”, que aprofundaram as desigualdades sociais, fazendo que o período de esperança e otimismo fosse substituído por um período de incertezas e dificuldades, como destacam Cardoso e Augel (1993):

Construiu-se um Estado a molde do Estado Colonial: centralizador, monopolista e repressivo. E por causa da ineficiência do Estado, as conquistas conseguidas com o impulso inicial foram sendo perdidas progressivamente. [...] O período de luta e dinamismo da ‘reconstrução nacional’ abriu espaço primeiro para a repressão e o autoritarismo, depois para a descrença, a apatia e o cinismo. (Cardoso; Augel, 1993, p. 14).

Em 1980, um golpe de Estado pôs fim ao modelo de gestão integrada da Guiné-Bissau com Cabo Verde, acusado de provocar miséria e assassinatos de opositores. A constituição foi alterada e o multipartidarismo implementado. Apenas em 1994 aconteceram as primeiras eleições para a presidência e para o parlamento. No entanto, quatro anos depois, um golpe militar provocou uma guerra civil que durou dois anos e assolou o país. Nos anos seguintes, a instabilidade política promoveu outros golpes e rupturas democráticas, levando a Guiné-Bissau a uma grave crise econômica, com o enfraquecimento de suas instituições e o agravamento das condições sociais (Pinto, 2008).

Todos esses conflitos tiveram um forte impacto no patrimônio documental do país, como constata Iaguba Djalo:

No caso da Guiné-Bissau, pode-se dizer que desde o início da colonização o patrimônio escrito foi vítima de uma série de tragédias: a ocupação colonial, a guerra de libertação nacional e o conflito político-militar de 1998. Estas três etapas marcam o triste balanço do patrimônio documental nacional. (Djalo, 2004, p. 98).

Nesse ínterim, a Constituição da República da Guiné-Bissau foi promulgada, em 1984, pela Assembleia Nacional Popular, tendo revisões e alterações em cinco momentos (1991; 1993; 1995; 1996; e 2001). Em seu preâmbulo, a história do PAIGC é contada de forma heroica. Em sua última versão, conta com 133 artigos, dentre eles, um sobre educação e cultura; um sobre patrimônio e identidade; outro sobre liberdade intelectual, artística e científica; e um sobre direito à informação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e os Arquivos Históricos Nacionais (AHN)

Na Guiné-Bissau, não há um arquivo nacional propriamente dito, mas um acervo arquivístico, que abrange documentos tanto da época colonial quanto pós-colonial, denominado Arquivos Históricos Nacionais (AHN), os quais são custodiados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

A gênese dos AHN foi a criação do Museu da Guiné Portuguesa, em 29 de novembro de 1947, o qual tinha, como anexo, uma biblioteca e um arquivo para facilitar a pesquisa e

o acesso aos documentos referentes ao território. A constituição do acervo arquivístico deu-se, sobretudo, a partir de cópias de “milhares de documentos referentes à Guiné”, de posse do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Lisboa (Djalo, 2018, p. 38).

O INEP, vinculado ao Ministério Ensino Superior e Investigação Científica, foi criado a partir do interesse de um pequeno grupo de intelectuais guineenses em desenvolver estudos teóricos e aplicados nas áreas de ciências políticas, sociais e econômicas (Augel, 2011). Foi instituído pelo Decreto nº 31, de 10 de novembro de 1984, tendo por objetivo o desenvolvimento, o fomento e a divulgação de pesquisas no âmbito das ciências sociais e naturais, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do país, bem como valorizar e capacitar pessoas.

O instituto é constituído por pesquisadores nacionais permanentes, que contam com a colaboração de outros profissionais e instituições, inclusive estrangeiros, na realização de estudos, projetos e eventos de difusão das investigações empreendidas. As instalações do INEP, na capital do país, abrigam a Biblioteca Pública, com cerca de 70.000 volumes, e os AHN, com aproximadamente 1.600 metros lineares de arquivos permanentes do período colonial e pós-colonial. Segundo o Portal Casa Comum, o INEP “tornou-se um ponto de referência nacional e internacional de reflexão científica sobre a África Ocidental em geral e a Guiné-Bissau em particular”.⁴

Segundo Alfa Djalo, Diretor dos AHN em 2018, além de executar a política de pesquisa científica e dinamizar ações de pesquisa, em todos os domínios das ciências sociais e naturais, o INEP tem como missão:

Organizar o Arquivo Histórico Nacional, com a exclusividade de recolher, tratar e conservar os documentos históricos, no quadro do artigo segundo, alínea b) do Decreto-lei n.º 31/84 publicado no suplemento do Boletim Oficial. O Arquivo Histórico Nacional, no quadro da sua atribuição, recebe os documentos de carácter histórico ou intermediário, produzidos ou recebidos pelas instituições públicas e garante a sua acessibilidade ao público em geral. No exercício das suas atribuições o Arquivo Histórico trabalhou em colaboração mútua com as instituições públicas, dando-lhes instruções para melhor aplicação da política de gestão de documentos administrativos nas respetivas instituições. [...] Ao longo da sua existência o Arquivo Histórico percorreu todo o país para recolher toda a documentação colonial portuguesa arquivada em diferentes postos administrativos, nas oito regiões e trinta e dois sectores administrativos que compõem a Guiné-Bissau. (Djalo, 2018, p. 38-39).

Do momento de sua criação até 1998, o INEP desenvolveu várias atividades e gerou bons resultados e produtos como publicações, cursos e seminários, além de organizar e estruturar seus acervos e suas dependências. Entretanto, acometido pelo golpe militar naquele ano, que mergulhou o país em uma guerra civil, o INEP teve suas instalações ocupadas e transformadas em uma base militar, que sofreu bombardeios, saques e destruições.

4 Dados disponíveis em: Casa Comum. Parcerias. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Bissau. 2020. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=10>.

Ao final dos dois anos de duração do conflito, os danos ao patrimônio documental foram enormes, sendo estimado em mais de 60% do total do acervo, além do desaparecimento da integralidade dos equipamentos.⁵

Segundo Iaguba Djalo,

Com a guerra que eclodiu em 1998, os guineenses assistiram a uma agressão do seu patrimônio documental nacional. Uma parte importante deste patrimônio cultural que representava as fontes históricas mais preciosas que a história transmitiu foi destruída. Esta perda constitui o mais grave atentado contra a personalidade cultural da Guiné-Bissau desde a independência. (Djalo, 2004, p. 102).

Em entrevista realizada em 2017, o então diretor da Biblioteca Pública do INEP, Diógenes de Barros Lopes Cardoso (2017, p. 4), ao discorrer sobre os conflitos de 1998-1999, afirmou que

[...] esse foi o período em que a Biblioteca registrou perdas qualitativas e quantitativas tanto em equipamento quanto no seu próprio fundo documental. O episódio tristemente marcante desse período [...] foi o dos danos e roubos perpetrados em alguns dos tesouros mais importantes da Biblioteca: atlas, enciclopédias, dicionários etc. Em termos de balanço dos prejuízos do conflito político-militar de 1998 e 1999, a Biblioteca registrou cerca de 30% de perda do acervo total que tinha antes do conflito. Essas perdas foram consideradas irreparáveis. (Cardoso; Carvalho, 2017, p. 4).

Em seguida, Cardoso relatou ser a capacitação de pessoal o desafio mais premente do instituto, especialmente no que tange ao uso das tecnologias digitais. Quanto à estrutura física, o diretor mencionou a busca por auxílio internacional:

Depois do conflito político-militar de 1998 e 1999, a Biblioteca se beneficiou de uma atenção especial da comunidade internacional, entre elas a CPLP, na recuperação das suas infraestruturas (mobiliários e imobiliários). [...] Ultimamente, o INEP tem diligenciado ações importantes no âmbito da mobilização de recursos junto às organizações internacionais para a reabilitação do espaço físico da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional. Uma dessas organizações solicitadas foi a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Neste momento, este assunto é considerado uma das prioridades do INEP. (Cardoso; Carvalho, 2017, p. 5-6).

Após 1999, o INEP passou por um período de reconstrução de sua infraestrutura e dos inventários dos documentos que restaram. Os AHN, como detentores da documentação produzida durante o período colonial, possuem fundos do governo central da província e das instituições que lá funcionavam, como os tribunais, hospitais, portos, correios e telégrafos, além dos postos administrativos e das circunscrições civis de outras partes do território, para além de Bissau.⁶

5 Casa Comum. Arquivos. INEP, Bissau. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284.

6 Casa Comum. Arquivos. INEP, Bissau. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284.

Segundo Iaguba Djalo (2021, n. p.), os AHN são “o epicentro do patrimônio documental arquivístico da Guiné-Bissau”, mas ainda estão se recuperando dos danos sofridos na guerra civil. O referido professor, atual coordenador dos AHN, explica que a guerra também atingiu outros importantes serviços de documentação no país, como os dos principais ministérios (o acervo documental salvo ainda está encaixotado), e destruiu centenas de fitas cassetes, com milhares de horas gravadas de depoimentos dos combatentes da liberdade da pátria, que são testemunhos vivos da luta de libertação realizados pelo Programa de construção da História Oral da Memória da Libertação Guineense, do INEP. Além disso, foi perdida uma parcela expressiva de microfilmes, fotografias e computadores, nos quais estavam representantes digitais de documentos históricos.

Para Iaguba Djalo (2021), o processo de recuperação da memória do país tende a se tornar um elemento unificador, inclusivo e plural dos guineenses, a partir da reconciliação e da convivência. Nesse processo, ele elenca como objetivo principal “a conservação a longo prazo dos acervos documentais e sua disponibilização em formato eletrônico para acesso ao público”, explicando que os maiores desafios desse processo, para além da reabilitação dos espaços físicos do AHN, é a centralização e a digitalização de todos os documentos identificados como de interesse para o desenvolvimento nacional e os que estão dispersos e/ou guardados sem identificação.

O coordenador dos AHN apontou também a necessidade de revisão e atualização da legislação arquivística do país e destacou a cooperação com a Embaixada do Brasil, em Bissau, na formação técnica e na capacitação profissional junto ao INEP, em parceria com a Associação Guineense de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e no apoio financeiro e material recebido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a reconstrução dos AHN.⁷

Ademais, parcerias com outras entidades e países foram importantes para o investimento na recuperação do patrimônio documental, dentre elas, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) financiou os equipamentos dos edifícios do Arquivo Histórico Nacional e da Biblioteca Pública, tendo sido feitas algumas obras de reabilitação da estrutura externa, garantindo, dessa forma, a segurança dos acervos e do pessoal; a cooperação com a França que, em 2000, disponibilizou meios financeiros para a capacitação de técnicos e a aquisição de um fundo documental importante em língua francesa, que serviu para apoio à pesquisa; a cooperação alemã financiou aquisição de equipamentos mobiliários; a *Prince Claus Fund for Culture and Development* apoiou a aquisição de alguns materiais de proteção e de higienização dos acervos; e o *Max Planck Institute for Legal History and Theory* financiou a catalogação, a descrição de aproximadamente dez mil documentos do século passado e a aquisição de materiais.

Por sua vez, Alfa Djalo enumera outras parcerias que foram importantes na reestruturação dos AHN, tais como: 1) o apoio da CPLP na reorganização dos arquivos após a guerra-civil e na aquisição de equipamentos; 2) o apoio financeiro e a digitalização

⁷ Seminário Lusofonia Multicultural nos Arquivos Nacionais da CPLP: Rede (In)formativa da Memória Comum. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7C8dSrPuT5Y&t=7981s>.

de fundos arquivísticos pela Fundação Mário Soares; 3) o apoio financeiro da *British Library*; e 4) o apoio da Universidade da Madeira na digitalização de cerca de 2.000 fotografias que retratam aspectos da sociedade guineense (Djalo, 2018, p. 40).

De acordo com as informações prestadas pelo INEP ao arquivista e pesquisador brasileiro Marcelo Nogueira de Siqueira (2022, p. 318-319), os AHN possuem atualmente um acervo de 1.626,9 metros lineares (sendo 14,3 de documentação corrente e 12,6 de arquivos intermediários), composto por documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, sonoros e cartográficos, em suportes analógicos e digitais, e em microfilmes, compreendidos entre 1726 e 1988, os quais tiveram como única forma de entrada a transferência de outras instituições, não havendo recolhimentos na administração pública, em decorrência da falta de condições materiais e financeiras. O acervo é composto por 99% de documentação de natureza pública, não havendo um percentual dimensionado de manuscritos.

Os AHN dispõem de quatro depósitos, com capacidade estimada para 2 mil metros lineares, contudo não há depósitos específicos para documentos não textuais, nem equipamentos para acessá-los. Dentre as condições específicas de preservação nos depósitos, a única mencionada foi a iluminação adequada.

A instituição possui 5 funcionários efetivos – 3 historiadores e 2 sociólogos – e 1 contratado, dos quais quatro fazem a classificação dos documentos, sem contudo respeitar o princípio da proveniência e a ordem original. A descrição arquivística foi iniciada na base de dados X-arq, com elementos de descrição adaptados a partir da ISAD(G). O acesso é feito a partir de instrumentos de pesquisa impressos e, a depender do conjunto documental, a consulta pode ser restrita.

FIGURA 1 – Fachada dos “AHN” do INEP



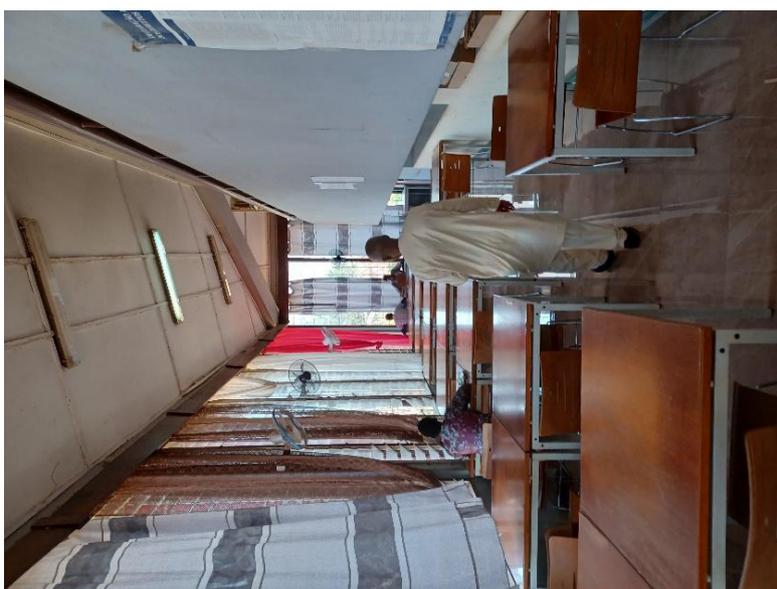
Fonte: autoria de Cynthia Roncaglio (2023).

FIGURA 2 – Parte do acervo arquivístico a ser tratado



Fonte: autoria de Cynthia Roncaglio (2023).

FIGURA 3 – “Biblioteca Nacional” do INEP



Fonte: autoria de Cynthia Roncaglio (2023).

FIGURA 4 – “Biblioteca Nacional” do INEP



Fonte: autoria de Cynthia Roncaglio (2023).

Não há uma política constituída de digitalização ou de preservação do acervo e estima-se que 20% dos documentos estejam digitalizados, embora não haja repositórios para tal documentação. Ao ser perguntado sobre o papel da instituição na política de arquivos de seu país, a resposta dada por Djalo foi:

Centralizar Arquivos intermediários e permanentes da administração pública, de forma a assegurar condições de preservação, proteção e acesso ao patrimônio arquivístico do país, tendo em vista seus valores administrativo e histórico, os interesses da comunidade e seu valor como fonte para a pesquisa e a produção de conhecimentos. (Siqueira, 2022, p. 319).

Até 2022, o INEP declarou que não estava filiado a nenhuma organização internacional e que utilizava a base de dados do portal Casa Comum, da Fundação Mário Soares, em Portugal, para disponibilizar parte das informações dos AHN (Siqueira, 2022, p. 349-350). Em 2022, o INEP criou uma página própria na internet, mas, até o momento, permanece com poucas informações, dificultando o contato remoto dos usuários com a instituição e a divulgação dos serviços e acervos disponíveis.

Em 2021, o INEP considerava necessário reforçar a relação com a CPLP e com os demais arquivos nacionais, ampliando os termos de intercâmbio e acordos de cooperação até então quase inexistentes. Entretanto, o órgão tem grande interesse nessas questões e declarou ser favorável em

criar um espaço de formação, um espaço de intercâmbio documental e um espaço de cooperação entre profissionais, arquivistas ou professores, solidários de uma lusofonia plural e unida, que partilham os seus conhecimentos, competências e saberes (Siqueira, 2022, p. 351-353).

Perguntado sobre a criação de um arquivo comum, ideia levantada pela CPLP há alguns anos, Iaguba Djalo declarou que:

A criação de um arquivo comum reunindo o património arquivístico comum, em formato digital, dos arquivos nacionais lusófonos, irá aumentar a diversidade de fontes documentais de língua portuguesa e sobretudo ajuda os países membros a conservar e restaurar seu património documental, em particular o património impresso. Para atingir estes objectivos, os arquivos nacionais dos países membros precisam de trabalhar em colaboração, para identificar, desenvolver e facilitar a implementação de soluções que permitam seleccionar, recolher, digitalizar e preservar conteúdos em língua portuguesa a fim de garantir a acessibilidade. (Siqueira, 2022, p. 359-360).

Em 1993, num colóquio internacional em que se discutia os vinte anos de independência da Guiné-Bissau, Carlos Cardoso e Johannes Augel (1993, p. 13; 15), destacaram que “o maior obstáculo ao desenvolvimento do país é de ordem política, a ausência de uma boa governação”, ressaltando que “a precária formação dos quadros é identificada como um dos principais estrangulamentos do desenvolvimento”. Tal cenário apontado por Cardoso e Augel manteve-se nas décadas seguintes, configurando-se no principal entrave para a consolidação de uma política arquivística nacional e da criação do arquivo nacional do país.

Estratégias de cooperação internacional para a formação de pessoal e criação do Arquivo Nacional da Guiné-Bissau

A promoção da preservação dos arquivos na África tem sido um tema de crescente importância no âmbito internacional. Por meio de parcerias e colaborações entre pesquisadores e profissionais da área de diferentes países, é possível fomentar o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas. A cooperação e o diálogo interculturais, conforme descrito nos parágrafos posteriores, podem contribuir no processo de criação e desenvolvimento de arquivos nacionais naqueles lugares onde a infraestrutura e os recursos para a preservação dos arquivos são limitados.

No ano de 2000, o professor Armando Malheiro da Silva⁸, renomado pesquisador e professor português, estabeleceu-se na Universidade de Brasília como professor convidado. Durante sua estadia, teve a oportunidade de iniciar diálogos com a pesquisadora Shirley Franco, então mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na mesma universidade. Esses primeiros encontros foram fundamentais para o início de uma colaboração acadêmica e profissional.

Em 2012, a colaboração entre os dois pesquisadores deu um passo adiante. O professor Malheiro foi convidado pela pesquisadora alemã Birgit Embalo para ministrar cursos sobre gestão de arquivos no INEP da Guiné-Bissau. A experiência de duas semanas permitiu que o professor compartilhasse seu conhecimento e sua *expertise* com os servidores e agentes bissau-guineenses.

8 Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador integrado do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), Universidade do Porto, Portugal.

Em 2014, durante seu pós-doutorado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a professora Shirley Franco estabeleceu um diálogo inicial com o professor Marcelo Siqueira, que também é servidor público do Arquivo Nacional do Brasil. Esses contatos reforçaram a rede de colaboração existente.

Em 2019, durante sua participação no “IX Seminário Internacional de Saberes Arquivísticos⁹”, em Coimbra, a professora Shirley Franco, de passagem por Portugal em sua mudança para Guiné-Bissau, reencontrou os colegas Siqueira e Malheiro. Durante o evento, foi apresentada à professora Maria Beatriz Marques, da Universidade de Coimbra, presidente do seminário e orientadora do professor Marcelo Siqueira, em seu doutorado sobre os arquivos comuns aos Estados membros da CPLP.

A professora Maria Beatriz Marques, conhecida por suas pesquisas sobre a temática “os arquivos da lusofonia”, organizou, juntamente com Siqueira, uma mesa redonda sobre o estado atual dos arquivos nacionais da CPLP, na qual estiveram presentes os diretores dos arquivos nacionais de Portugal, Angola, São Tomé e Príncipe e do Arquivo Histórico da CPLP.

Após esse reencontro em 2019, a professora Shirley Franco visitou os arquivos do INEP em Bissau, estabelecendo contato com o professor Iaguba Djalo, responsável pelos arquivos e pela biblioteca do país. Na ocasião, ela se ofereceu para desenvolver trabalhos em parceria, visando a fortalecer a gestão de arquivos em Guiné-Bissau. Em 2020, a professora Shirley colocou o professor Marcelo em contato com o professor Iaguba, para auxiliá-lo em sua pesquisa doutoral sobre os arquivos dos Países de Língua Portuguesa na África (Palops).

No ano seguinte, em 2021, os professores Shirley e Iaguba participaram virtualmente do evento “Temática da Lusofonia Multicultural nos Arquivos Nacionais da CPLP: Rede (In) formativa da Memória Comum¹⁰”, organizado pelos professores Maria Beatriz e Marcelo Siqueira. Nesse evento, o professor Iaguba proferiu a apresentação “Os Desafios da Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico-Documental da Guiné-Bissau no INEP”.

Naquele mesmo ano, em setembro, a professora Shirley Franco deu início a uma formação presencial sobre a gestão de arquivos, destinada aos servidores e agentes bissau-guineenses, nas instalações da biblioteca do INEP. Além disso, para proferir palestras no modo virtual, a professora Shirley convidou alguns professores brasileiros, incluindo a professora Cynthia Roncaglio, da Universidade de Brasília. Além da formação, também em 2021, a professora Shirley desenvolveu um amplo projeto de formação em conjunto com o professor Iaguba, buscando fortalecer a cooperação entre Brasil, Guiné-Bissau e Portugal no âmbito dos arquivos.

Consequentemente, em 2022, o INEP, em parceria com a Associação Guineense de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (AGDAB) promoveu o curso de formação e capacitação de técnicos e agentes que atuam na gestão de arquivos e documentos da administração pública na Guiné-Bissau. O curso teve o apoio financeiro do Programa das

9 Site: <https://sites.google.com/view/projetosesa/mem%C3%B3ria/ix-sesa-2019-coimbra>

10 Site: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/eventos-1/an-participa-de-mesa-redonda-sobre-iniciativas-dos-arquivos-de-paises-lusofonos.

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Fundo de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, no âmbito da iniciativa do Projeto de Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico Documental da Guiné-Bissau.

Entre abril e outubro de 2022, foram realizadas reuniões virtuais preparatórias com os formadores luso-brasileiros e a equipe técnica do INEP/AGDAB, liderada pelo professor Iaguba Djalo. Durante os encontros virtuais, foram discutidos os detalhes da proposta (objetivos, conteúdo programático, metodologia, formação de equipe, planejamento de visitas técnicas a arquivos do país etc.), sendo decidido que as atividades da formação iriam ser desenvolvidas em duas fases.

A primeira fase ocorreu no período de 23 a 30 de julho de 2022, constituída por três formadores: dois portugueses, a saber: Professor Dr. Armando Malheiros da Silva (Universidade do Porto) e Professora Dra. Maria Beatriz Marques (Universidade de Coimbra), e um brasileiro: Professor Dr. Marcelo Nogueira de Siqueira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Nacional do Brasil). A segunda fase ocorreu no período de 26 de novembro a 2 de dezembro de 2022, sob a responsabilidade de duas professoras brasileiras: Professora Dra. Shirley Carvalhêdo Franco e Professora Dra. Cynthia Roncaglio, ambas da Universidade de Brasília.

Na primeira fase, os formadores luso-brasileiros tiveram a oportunidade de visitar os arquivos de registro civil de duas importantes cidades, Bafatá e Gabú, situadas respectivamente nas regiões homônimas, para constatarem *in loco* a situação dos arquivos da administração pública fora da capital. Em Bissau, além de visitar a Biblioteca e os AHN do INEP, visitaram as unidades de arquivos do Ministério da Justiça. As visitas ao Ministério permitiram conhecer as estruturas dos arquivos, os acervos, a equipe de colaboradores, os equipamentos, as tecnologias e as instalações. O conteúdo do curso ministrado pelos professores abrangeu a gestão de documentos e a informação na administração na administração pública da Guiné-Bissau e os arquivos nacionais dos países da CPLP: estudo de caso da Guiné-Bissau.

Na segunda fase, as formadoras brasileiras visitaram a emblemática cidade de Cacheu, na região homônima, de onde partiu o primeiro navio negreiro para a América no início do século XVI. Na ocasião, não foi possível realizar uma visita técnica ao Arquivo de Cacheu, porém as professoras visitaram, acompanhadas de algumas autoridades locais, o Memorial da Escravatura e do Tráfico Nегreiro. Em Bissau, conheceram também a Biblioteca e os AHN do INEP. O conteúdo do curso ministrado pelas professoras abrangeu a classificação e a descrição arquivística e a elaboração de instrumentos técnicos decorrentes dessas funções para a organização dos arquivos da administração pública da Guiné-Bissau.

Paralelamente às atividades de capacitação e visitas técnicas, nas duas fases, os formadores luso-brasileiros tiveram a oportunidade de realizar encontros e reuniões com autoridades da administração pública e demais instituições locais, dentre as quais: Ministro da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social; Ministro da Educação

Nacional, Ensino Superior e Investigação Científica; o Ministro da Justiça; Diretor do INEP; Reitor da Universidade Lusófona de Bissau (ULB); Pró-Reitor da ULB; Presidente da Universidade Colinas de Boé; e representantes residentes do PNUD.

FIGURA 5 – Visita ao Ministro da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social.



Fonte: acervo de Shirley Carvalhêdo Franco (2022).

FIGURA 6 – Abertura do curso de formação sobre gestão de arquivos da administração pública na Guiné-Bissau.



Fonte: acervo de Shirley Carvalhêdo Franco (2022).

FIGURA 7 – Mesa de abertura do curso de formação sobre gestão de arquivos da administração pública na Guiné-Bissau.



Fonte: acervo de Shirley Carvalhêdo Franco (2022).

FIGURA 8 – Professores Armando Malheiro da Silva, Marcelo Nogueira de Siqueira e Maria Beatriz Marques.



Fonte: acervo de Marcelo Nogueira de Siqueira (2022).

FIGURA 9 – Professores Marcelo Nogueira de Siqueira, Maria Beatriz Marques e Armando Malheiro da Silva sendo homenageados com o *panu di pinti*.



Fonte: acervo de Marcelo Nogueira de Siqueira (2022).

O atual contexto de desenvolvimento social e cultural da Guiné-Bissau mostra suficientemente que o país ainda está atrasado na regulamentação e na definição de políticas no domínio de arquivos e bibliotecas. Da estrutura institucional ao estatuto do pessoal, passando pela modernização do sistema de arquivo, são inúmeros os desafios a vencer para que esse país possa ver os seus arquivos permanentes bem conservados para os diferentes interesses de uso pelos administradores, pelos cidadãos, pelos pesquisadores e pelo público em geral.

Atualmente, o texto legal relativo aos arquivos em vigor é o Decreto nº 17, de 24 de julho de 1989, que estabelece as condições para a organização e o funcionamento dos arquivos históricos do INEP. Se outrora esse decreto constituiu, no momento da sua adoção, um avanço revolucionário no campo dos arquivos, está hoje, sob vários pontos de vista, em descompasso com a realidade.

Nesse contexto, a AGDAB, liderada por professor Iaguba Djalo, encomendou um estudo para elaboração e atualização do quadro jurídico dos arquivos e das bibliotecas na Guiné-Bissau. Este trabalho contou com o apoio financeiro do PNUD, por meio do Fundo de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. Os trabalhos incluem 4 propostas de regimes jurídicos: Direção Nacional do Arquivo Histórico, do Livro e Leitura e da Biblioteca Nacional (DNALB); Regime de Depósito Legal; Regime Jurídico do Arquivo Nacional e Decreto-Lei relativo aos arquivos e documentos administrativos públicos e privados.

À vista disso, a nova legislação tem como objetivo elucidar e definir o mandato do arquivo, a fim de ampliar e englobar a implementação de uma política nacional de arquivos,

o planejamento e a promoção do seu funcionamento, a mobilização e o recolhimento de fundos, a promoção da cultura e da memória nacional. Esse conjunto de decretos revogará e substituirá as disposições do Decreto nº 17, de 24 de julho de 1989.

Os decretos sobre arquivos definem o caráter imprescritível e inalienável dos arquivos públicos; menciona a destinação a ser dada aos arquivos dos órgãos públicos e privados; e reforça o direito de fiscalização do Departamento de Arquivo da DNALB sobre os arquivos privados de interesse público. A nova lei estabelecerá, ainda, a fusão do Arquivo Histórico com a Biblioteca Pública do INEP, que dará lugar à DNALB e atenderá às prerrogativas arquivísticas e legais relacionadas à extinção de órgãos ou à transferência de custódia para a gestão dos arquivos dos órgãos públicos.

Por fim, diante das lacunas do decreto anterior, e tendo em conta a evolução dos arquivos da administração pública e o desenvolvimento tecnológico, faz-se necessária e urgente a criação de um aparato jurídico condizente com os desafios atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um arquivo nacional na Guiné-Bissau, conforme exposto neste relato, enfrenta vários desafios, incluindo a falta de recursos financeiros e de gestão de pessoas; de infraestrutura adequada; de tecnologia e equipamentos modernos; e de conscientização sobre a importância da preservação dos arquivos e documentos históricos.

Em muitos países africanos, talvez pela persistência da herança colonialista, arquivos nacionais são frequentemente subfinanciados, o que limita sua capacidade de adquirir equipamentos modernos e contratar pessoal qualificado para gerenciar e preservar os arquivos. Além disso, muitos países africanos enfrentam desafios políticos que tornam difícil a alocação de recursos para a preservação de arquivos.

A falta de infraestrutura adequada é outro desafio significativo para a criação de um arquivo nacional na Guiné-Bissau, como falta de eletricidade, acesso limitado à internet e instalações inadequadas para a preservação de arquivos. Isso pode tornar difícil a preservação e a disseminação dos arquivos para o público em geral.

Ademais, a Guiné-Bissau têm poucos especialistas treinados em gerenciamento e preservação de arquivos, o que pode dificultar a criação e a manutenção de um arquivo nacional. A falta de conscientização sobre a importância da preservação de arquivos e documentos históricos também pode ser um desafio, uma vez que muitas pessoas não estão cientes da importância desses documentos para a compreensão da história e da cultura do país.

Embora seja importante mencionar que, no âmbito do projeto realizado, observou-se um surpreendente envolvimento dos cerca de cinquenta funcionários administrativos bissau-guineenses de diferentes instituições governamentais que participaram dos cursos de formação realizados pelo grupo de professores luso-brasileiros. Cada curso durou cerca

de uma semana, com carga horária de 40 horas, nos quais os participantes demonstraram sincero interesse e empenho em participar das atividades, mesmo enfrentando tantos obstáculos para estarem presentes todos os dias nos cursos.

A colaboração realizada entre os professores brasileiros, portugueses e bissauguineenses demonstra a função crucial da inclusão e da responsabilidade sociais na promoção da gestão de arquivos nos países de língua portuguesa. Por meio de encontros, diálogos, cursos e projetos conjuntos, esses pesquisadores têm contribuído para a sensibilização das autoridades locais; a capacitação e o treinamento de profissionais qualificados; e o desenvolvimento de ações conjuntas para o fortalecimento dos arquivos e a preservação da memória nos países envolvidos. Essa colaboração internacional evidencia a importância do intercâmbio de conhecimentos e experiências para o avanço dos arquivos e da Arquivologia em escala global.

Assim, espera-se dar continuidade a esse projeto de formação para o fortalecimento do conhecimento sobre a teoria e a metodologia arquivísticas, para o prosseguimento das atividades de aplicação dos instrumentos técnicos, e para a ampliação da conscientização das autoridades e dos servidores públicos sobre a importância dos arquivos na consolidação da identidade nacional do país e do desenvolvimento de um projeto de nação.

REFERÊNCIAS

AUGEL, M. P. Prefácio: três faces da nação. *In*: SILVA, A. **A última tragédia**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011. p. 213-217.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura: fim de milênio. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 66 p.

CARDOSO, C.; AUGEL, J. (coord.). **Guiné-Bissau – vinte anos de independência**: desenvolvimento e democracia, balanço e perspectivas. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1993.

CARDOSO, D. B. L.; CARVALHO, W. M. Desafios na gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da República da Guiné-Bissau: entrevista com o diretor da Biblioteca. **Bibliotecas Universitárias**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 47–55, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3101>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DJALO, I. **Os desafios da preservação e conservação do patrimônio histórico-documental da Guiné-Bissau no INEP**. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares) – Universidade Aberta, Lisbon International Press, Lisboa, 2022.

DJALO, A. **Os arquivos históricos e as bibliotecas nacionais na preservação do legado histórico e cultural dos estados-membros da CPLP** – Atas. Lisboa: CPLP, 2018. 87 p.

DJALO, I. O conflito político-militar na Guiné-Bissau e os desafios da reconstrução e recuperação da memória e da identidade nacional. **Soronda**: Revista de Estudos Guineenses, [s. l.], v. 2, n. 8, p. 97-107, jul. 2004.

DJALO, I. Apresentação sobre o INEP. *In*: SEMINÁRIO LUSOFONIA MULTICULTURAL NOS ARQUIVOS NACIONAIS DA CPLP: Rede (In)formativa da Memória Comum. 2021. Coimbra. **Seminário** [...]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7C8dSrPuT5Y&t=7981s>. Acesso em: 27 maio 2023.

FRANCO, S. C. Brasil e Guiné-Bissau: cooperação para a constituição de um arquivo nacional. *In*: FREIRE, J. C. S.; CARDOSO, C. E. M.; FRANCO, S. C.; MANÉ, F. A.; MONTEIRO, J. J. H. (org.). **História, prática e desafios da educação superior na Guiné-Bissau**. Pará: Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF/UFPA, 2020. p. 219-268. ISBN: 978-65-89473-00-8.

GUINÉ-BISSAU. **Decreto nº 17, de 24 de julho de 1989**. Dispõe mais amplamente sobre as atribuições do departamento dos arquivos históricos do CEHC do INEP, definidas no art.4º dos estatutos deste, aprovados pelo Decreto nº 31/84, de 10 de novembro. *In*: BOLETIM OFICIAL nº 30, de 24 de julho de 1989. p. 5-7.

PINTO, J. N. **Jogos africanos**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

SIQUEIRA, M. N. **Os arquivos nacionais da comunidade dos países de língua portuguesa**: das origens à ideia do arquivo comum – elementos e perspectivas de um estudo orgânico-funcional. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

VERGÈS, F. **Programme de désordre absolu**: décoloniser le musée. Paris: La Fabrique Editions, 2023.

AGRADECIMENTOS

Ao Embaixador da Guiné-Brasil, M'bála Fernandes, pelo apoio para o fortalecimento das relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil, e pela celeridade do processo burocrático que possibilitou a viagem dos formadores brasileiros à Guiné-Bissau.

Ao Diretor do INEP, Samba Tenem Camara, e ao Coordenador da Biblioteca Pública Nacional do INEP da Guiné-Bissau, pela recepção calorosa e pelo apoio a todas as atividades frutíferas reuniões de trabalho.

Ao Representante Residente do PNUD, Dr. Tjark Enghoff, e às demais autoridades locais de instituições governamentais e universidades públicas e privadas.